

CORREIO NACIONAL



Tânia Rêgo/Agência Brasil

Prazo para pedir instalação termina dia 30 de junho

Beneficiários podem ter parabólica digital gratuita

Famílias de menor renda inscritas no CadÚnico têm até o dia 30 de junho próximo para pedir instalação gratuita da nova parabólica digital. A mudança é necessária para não perder o acesso à TV aberta, já que o sinal da TV via parabólica tradicional está sendo desligado em todo o país. O serviço é realizado pela Siga Antenado, instituição sem fins lucrativos criada por determinação da Anatel para apoiar a população durante a mudança. O agendamento pode ser

feito pelo site ou pelo telefone 0800 729 2404. O serviço de troca atende famílias de menor renda que ainda utilizam a parabólica tradicional, aquela grande e cheia de furinhos. Depois da solicitação, elas terão direito ao kit gratuito com a nova parabólica digital, que é bem menor e sem furos, incluindo a instalação. “Estamos garantindo que as famílias de menor renda possam fazer essa adaptação sem custo”, diz o ministro das Comunicações, Juscelino Filho.

Reparação à comunidade indígena

Os Avá Guarani das Terras Indígenas (TIs) Tekoha Guasu Guavira e Tekoha Guasu Okoy Jakutinga, no oeste do Paraná, terão R\$ 240 milhões custeados pela Itaipu Binacional como forma de reparação pelo alagamento de seus territórios durante a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. A indenização

custeará três mil hectares de terras rurais na região. A medida é resultado de um acordo relativo a uma ação que tramita na Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal e outra Ação Cível Originária (3.555/DF), no Supremo Tribunal Federal (STF).

Documentos de conclusão de curso

Os participantes da primeira etapa do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) de 2025 deverão enviar até sábado (29) a documentação que comprova a conclusão do curso no exterior.

Mulheres vítimas da ditadura

A ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, participou, na última terça-feira (25), da sessão solene de julgamento da Comissão de Anistia. O encontro foi realizado na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em Brasília (DF).

Combate à pirataria digital

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, órgão da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, intensificou as ações de repressão à pirataria digital e a crimes cibernéticos. Recentemente, o

CNCP relatou o bloqueio de 393 sites ilegais e, agora, encaminhou à Organização Mundial da Propriedade Intelectual, agência das Nações Unidas, uma nova lista para ser inserida no Wipo Alert com 7.931 links que foram alvo de fiscalização e estão sob ordem de bloqueio.

Edição de 2025 do PAC Saúde

Estados e municípios têm até 31 de março para se inscreverem na edição 2025 do PAC Seleções da Saúde. O investimento de R\$ 5,8 bilhões deve financiar a construção de 945 novas unidades de saúde e a aquisição de 18,9 mil equipamentos para Unidades

Básicas de Saúde (UBSs), além de ambulâncias e unidades odontológicas móveis. O objetivo do Governo Federal é fortalecer a infraestrutura do Sistema Único de Saúde (SUS). As inscrições devem ser feitas pela plataforma Transferegov.br.

Pé-de-Meia Licenciaturas: prazo termina domingo

Programa incentiva formação de novos professores

O prazo para os estudantes de cursos de licenciatura na modalidade presencial fazerem a pré-inscrição no programa Pé-de-Meia Licenciaturas e cadastrarem o currículo termina neste domingo (30).

O preenchimento deve ser feito na Plataforma Freire da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entidade que executa o programa.

A etapa de pré-inscrição é obrigatória. Porém, o cadastro na plataforma não assegura a concessão da bolsa do programa no valor de R\$ 1.050, conforme previsto no edital de seleção. O resultado preliminar dos selecionados será divulgado em 4 de abril. Os estudantes que discordarem do resultado poderão entrar com recurso entre 5 e 9 de abril. A Capes, então, publicará o resultado final em 14 de abril.

A bolsa do Pé-de-Meia Licenciaturas foi criada para incentivar a formação de novos professores e melhorar a qualidade desses cursos. Os aprovados irão receber a primeira parcela do benefício mensal em 1º de maio.

A plataforma Freire exige o



Antônio Cruz/Agência Brasil

O preenchimento deve ser feito na Plataforma Freire da Capes, entidade executora

login com Cadastro de Pessoa Física (CPF) e senha do portal Gov.br. Ao acessar a plataforma Freire, na aba de Identificação, o candidato deve cadastrar os dados pessoais, e-mail, telefone e endereço, para prosseguir com o preenchimento do currículo.

Um campo para preenchimento da matrícula na instituição de ensino superior (IES) aparecerá. Caso o estudante já esteja matriculado, deve incluir o número no campo. Caso ain-

da não possua um número de matrícula, o CPF poderá ser inserido neste local, até o início do seu curso de licenciatura.

Por fim, o candidato à bolsa também deve aceitar o Termo de Ciência e Concordância para concluir a pré-inscrição no Pé-de-Meia Licenciaturas.

O Ministério da Educação (MEC), responsável pelo Pé-de-Meia Licenciaturas, confirma que disponibilizou 12 mil bolsas aos estudantes de cursos

de licenciatura presenciais.

O estudante deve ter ingressado e estar regularmente matriculado em curso de licenciatura presencial via Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (Prouni) ou pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) Social. Outro requisito é que o candidato à seleção tenha se destacado no Enem de 2024, com a nota igual ou superior a 650 pontos.

Importância na cultura afro-brasileira

Agência Gov | Via MDHC



Evento teve a presença da ministra Cida Gonçalves

tos os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas na luta pela regularização fundiária e proteção de suas lideranças. Segundo ela, a titulação das terras quilombolas avança de forma lenta, em comparação com outros grupos, devido à resistência de setores econômicos e políticos.

Além disso, o fortalecimento das políticas voltadas ao cuidado das mulheres quilombolas também foi defendido pela titular do ministério.

Por fim, Macaé Evaristo colocou o ministério à disposição para dialogar com a sociedade civil sobre as necessidades da população quilombola. A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, reforçou a disposição do governo federal neste mesmo sentido. “Nós precisamos defender essas mulheres sem que elas precisem sair dos seus territórios, sem que tenham que abandonar suas vidas, sua história, sua luta”, afirmou. Ela também destacou a importân-

cia da marcha como um marco de resistência em um cenário de ataques aos direitos das mulheres e da população negra.

Resistência

O Comitê Quilombola da Marcha de Mulheres Negras tem entre seus objetivos organizar e traçar o calendário de mobilizações das mulheres quilombolas para o período de 2025 a 2027. Já está marcada para o dia 25 de novembro, em Brasília, a 2ª Marcha das Mulheres Negras. A expectativa é reunir um milhão de mulheres negras e quilombolas de todas as regiões do país.

Para a representante da CONAQ, Edna Paixão, a criação do comitê fortalece a organização coletiva e amplia as possibilidades de luta. “É um passo essencial para garantir justiça e reconhecimento pelos danos históricos sofridos pelas nossas comunidades”, afirmou.

STF

Dino prevê competência da GM para segurança

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu norma que prevê a competência da Guarda Municipal de Itaquaquecetuba (SP) para executar ações de segurança urbana, incluindo policiamento preventivo e comunitário. A decisão foi tomada na Reclamação 77357, apresentada pela Associação Nacional de Altos Estudos de Guarda Municipal. A entidade questionava a suspensão, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, da Lei Complementar 403/2025 de Itaquaquecetuba, que alterou a denominação da Guarda Civil Municipal para Polícia Municipal e atualizou a competência da instituição.

STJ

Atuação da ARP reduz número de processos

Criada em 2007 para auxiliar a Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância (ARP) tem como papel principal identificar processos que, especialmente por razões legais ou por orientação jurisprudencial, são considerados inadmissíveis e não devem seguir tramitando na corte. Trata-se de uma unidade fundamental para que o tribunal consiga dar vazão à enorme carga de processos que recebe diariamente e possa concentrar seus esforços nos casos que realmente exijam sua intervenção, de acordo com suas competências constitucionais.

TCU

TCU retoma diálogos com tribunais estaduais

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, abriu, na segunda, em João Pessoa (PB), o “Diálogo Público – Encontro de Ideias e Soluções”, evento organizado em conjunto pelo TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. A Paraíba, estado natal do ministro Vital, foi o ponto de partida para a retomada do Diálogo Público, programa do TCU destinado à aproximação e ao diálogo contínuo com gestores públicos municipais. Esses encontros serão realizados ao longo desses dois anos, em todas as regiões brasileiras. O próximo será na região norte, em Belém do Pará.

STF

Retomada atribuição de guarda em cidade de SP

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu norma que prevê a competência da Guarda Municipal de Itaquaquecetuba (SP) para executar ações de segurança urbana, incluindo policiamento preventivo e comunitário. A decisão foi tomada na Reclamação 77357, apresentada pela Associação Nacional de Altos Estudos de Guarda Municipal. A entidade questionava a suspensão, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, da Lei Complementar 403/2025 de Itaquaquecetuba, que alterou a denominação da Guarda Civil Municipal para Polícia Municipal e atualizou a competência da instituição.